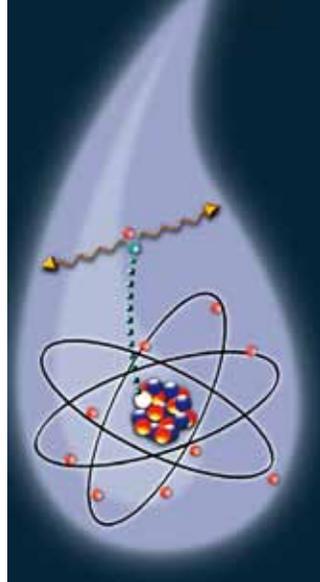


# CFF vai criar curso de Radiofarmácia



Reunião, na sede do CFF, em Brasília, marca o início dos trabalhos, com vistas à criação do curso de Radiofarmácia

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) está disposto a criar um curso de especialização em Radiofarmácia para oferecer aos farmacêuticos. O primeiro passo, nesse sentido, foi dado, em 18 de junho de 2010, com a realização de uma reunião, em Brasília, entre o Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, assessores e especialistas na área.

Souza Santos declarou que a reunião “foi um marco histórico” para a Farmácia, no Brasil. E acrescentou: “A profissão tem crescido e se especializado, cada vez mais. Oferecer uma especialização em Radiofarmácia significa oferecer à sociedade um profissional especializado na matéria-prima da medicina nuclear”, disse o Presidente do CFF.

A Comissão de Radiofarmácia criada pelo CFF é formada por Tarcísio Palhano e Radif Domingos, assessores do Conselho; José Carlos Barbério, da Universidade de São Paulo (USP); Elaine Bortoleti de Araújo e Neuza Taeko Fukumori, do Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares de São Paulo (IPEN/CNEN); Ralph Santos Oliveira, do Instituto de Engenharia Nuclear do Rio de Janeiro (IEN/CNEN); Maryan-

gela Rezende Mascarenhas, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Cristina Maria Moriguchi, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); e Eloy Julius Garcia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Comissão é um fórum permanente que tem o objetivo de desenvolver projetos e propor ações voltadas à Radiofarmácia e, ainda, assessorar a Diretoria do CFF em assuntos que exigem conhecimentos técnicos específicos na área, por meio de debates e pareceres. As propostas de criação do curso serão debatidas por diretores e Plenário do CFF.

**MEMÓRIA** - Até 1988, a CNEM (Comissão Nacional de Energia Nuclear) autorizava a realização de cursos de metodologia e aplicação do radioisótopos. Os alunos aprovados eram examinados pela própria CNEM e, se aprovados, recebiam uma chancela para atuar na área. A partir daquele ano, a Comissão deixou de autorizar a sua realização.

A Universidade de São Paulo e as universidades federais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Ja-

neiro oferecem a disciplina regular de Radiofarmácia em suas faculdades de Farmácia como obrigatória aos currículos. “Mas é preciso mais que apenas uma disciplina. É preciso um trabalho de educação continuada na área, sob a forma de especialização, de pós-graduação”, reivindica o professor José Carlos Barbério, uma das maiores autoridades brasileiras em Radiofarmácia.

Lembra que, em 2006, o Governo brasileiro abriu as portas para que empresas privadas explorassem o radioisótopo e a radiação. Com isso, essas empresas passaram a ter o direito de produzir isótopos e radiofarmacos. Antes, as empresas podiam importar o material, sem, contudo, desenvolver as suas plantas de radioisótopos e radiofarmacos. “Isso desestimulou as empresas nacionais”, lamenta Barbério.

**MERCADO** - Em 2006, com a abertura às empresas, várias instituições de pesquisa passaram a implantar o seu ciclotron para a produção de Flúor 18, necessário para o diagnóstico de tumores e metástase. “O ciclotron abre um grande nicho de mercado para os farmacêuticos especialistas que atuam junto às instituições diagnósticas (hospitais, centros de pesquisa e outros)”, revela o Professor Dr. José Carlos Barbério.

Rádiofarmacos são preparações usadas com finalidade diagnóstica ou terapêutica que, quando pronta para o uso, contem um ou mais radionuclídeos ou radioisótopos”, explica Barbério.

Pelos jornalistas Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF, e Aloísio Brandão, editor-redator-repórter desta revista.